



BANDITISMO: O QUE MUDOU NA ÚLTIMA DÉCADA E COMO SE CONSTITUEM OS BANDIDOS QUE ATUAM HOJE NA AISP 36 EM FEIRA DE SANTANA?

RESUMO

Este artigo tem por finalidade trazer uma reflexão sobre o cenário da criminalidade nos dias atuais, analisando os aspectos criminais e as mudanças de perfil dos bandidos que atuam na AISP 36, em Feira de Santana, nos últimos dez anos. Para realização do estudo, buscou-se, na metodologia, pesquisas documentais e bibliográficas, com análise dos dados estatísticos da criminalidade e relatórios da atividade policial. As informações do Comando de Policiamento da Região Leste e do Núcleo de Gestão do Pacto Pela Vida, da Secretaria de Segurança Pública da Bahia, foram alvo de análises. Ao final da investigação, encontrou-se também a Análise Criminal como nova ferramenta para auxiliar no planejamento das ações de combate à criminalidade, especialmente nas áreas críticas.

PALAVRAS-CHAVE:

PMBA. AISP 36. Feira de Santana. CVLI. Análise Criminal.

1. INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, o combate urbano pode ser considerado como uma das principais tendências da guerra no século XXI, se for considerado como acontecem rotineiramente os engajamentos entre as forças de segurança pública estaduais e os grupos armados do narcotráfico, além dos confrontos entre facções rivais do crime organizado pelo controle de áreas edificadas nas periferias e favelas (VISACRO, 2009).

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública já contempla os dados de homicídios na Bahia até o ano de 2014,

evidenciando um crescimento significativo desde o ano de 2005. No mesmo sentido, a análise da Secretaria de Segurança Pública da Bahia (SSPBA), no período de 2000 a 2010, verificou que a taxa de homicídios por grupos de 100 mil habitantes da Bahia teve crescimento acima da Região Nordeste e do próprio País.

Segundo consta nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no interior baiano, Feira de Santana aparece como a segunda maior cidade do Estado, tem o maior entroncamento rodoviário do Norte/Nordeste do País, além de um comércio atacadista e varejista pujante, bem como um centro industrial diversificado, em virtude da criação do Centro Industrial do Subaé (CIS) na década de 70. Os problemas sociais vêm acompanhando seu desenvolvimento, por isso, consta entre as primeiras cidades do interior em números absolutos de homicídios, sendo considerado um dos alvos prioritários do Governo do Estado, dentre várias cidades com crescimento da violência e da criminalidade, previsto no Plano Estadual de Segurança Pública (PLANESP, 2011).

O crescimento da violência e da criminalidade é real e preocupante no Estado. Feira de Santana, por ter características de cidade do interior, com estrutura econômica e social desenvolvida, posicionada estrategicamente, sendo maior do que algumas capitais, servindo de rota para entrada e saída de armas e drogas de outros centros urbanos, constitui-se cenário importante para o desenvolvimento de ações policiais militares com vistas ao controle e redução da criminalidade (IBGE, 2015).

Nesse contexto, este estudo busca conhecer as transformações do mundo do crime na última década e como estão constituídos os bandidos que atuam na Área Integrada de Segurança Pública (AISP) 36 em Feira de Santana. Para embasar tal investigação partiu-se da seguinte questão: O que mudou no comportamento dos delinquentes na prática de crimes contra a vida ou com riscos para a coletividade em Feira de Santana, nos últimos dez anos?

A fim de responder a essa questão, este trabalho tem por objetivo geral: identificar as mudanças na atividade criminosa contra a vida, nos últimos dez anos em Feira de Santana. E por objetivos específicos buscou-se: caracterizar o território estudado, destacando os aspectos relacionados à criminalidade e ocorrência de homicídios; analisar os tipos de crimes que passaram a ocorrer com maior frequência, e os que deixaram de ser registrados nos últimos dez anos em Feira de Santana.

Outro fator que favorece o crescimento da criminalidade é o colapso do setor prisional, pois, entre março de 2012 e fevereiro de 2013, foram registradas, no país, 121 rebeliões, 23 das quais com reféns. Ao todo, houve 769 mortes, das quais 110 foram classificadas como homicídios e 83 como suicídios. Foram registradas 20.310 fugas, com a recaptura de 3.734 presos e o retorno espontâneo de 7.264. Os casos em que presos, valendo-se de saída temporária não vigiada, não retornam na data marcada, são computados como fuga ou evasão. Houve apreensão de drogas em 654 locais, o que representa cerca de 40% dos estabelecimentos inspecionados (CNMP, 2013). Merece destaque, para estudos futuros, o índice de pessoas recuperadas e ressocializadas no sistema penitenciário atual.

Já é de domínio público, o controle que os líderes de facções criminosas, mesmo presos, exercem sobre as ações de seus liderados nas ruas, inclusive na execução de homicídios. De acordo com Visacro (2009, p.306):

A análise do desenvolvimento de ações ostensivas de agentes do crime organizado, especificamente do narcotráfico, nos grandes centros urbanos brasileiros, conjugado com a deterioração da capacidade de o Estado responder de forma eficaz à questão, tem sofrido diferentes abordagens por parte da sociedade nacional [...].

Esses aspectos apontam para questões que têm sido vistas a partir de diferentes entendimentos. O aspecto socioeconômico seria a razão da violência urbana associada à estrutura social do país sofrer distorções, onde pode se observar a falta de oportunidades e o desemprego. Numa abordagem “comercial”, seriam os excelentes lucros decorrentes do tráfico de drogas e armas de fogo. Por outro lado, a inadequação das leis e a impunidade indicariam fatores legais como responsáveis. Por fim, a ineficiência das forças policiais e a falência do sistema carcerário colocariam as instituições como as responsáveis pelo crescimento da violência (VISACRO, 2009).

É fato que todas essas questões compõem um conjunto de circunstâncias que tem favorecido a escalada da violência e o fortalecimento do crime organizado, que realizam, através das facções rivais, disputas pelo controle das favelas e da periferia edificada que são caracterizadas pela pobreza e ausência das políticas sociais, fornecendo o ambiente adequado às ações criminosas.

Por outro lado, tem se observado a corrupção infiltrada em vários ramos da sociedade, contribuindo de forma significativa para mudanças nos valores éticos e morais. As Polícias apresentam defasagem em seus quadros, diante de crescimento acelerado da população urbana, além de dar sinais da existência de grupos comprometidos com o mundo do crime, embora seja um número pequeno diante de todo o quadro de servidores públicos.

A iniciativa estudada visa identificar as transformações do agente criminoso e de suas ações, para promover reflexão do sistema de defesa social sobre sua atuação e seu processo evolutivo no combate e controle da criminalidade de forma que consiga redução dos números criminais a patamares aceitáveis, a fim de oferecer a sensação de segurança reclamada pela população. O maior desafio neste processo é a carência de efetivo e de meios materiais para colocar as ações em prática. Recursos humanos e materiais são os indicadores de maior relevância para os gestores da atividade policial.

As ações realizadas ordinariamente pela Polícia Militar têm alcançado tão somente o atendimento às ocorrências das diversas necessidades apontadas pela comunidade através de solicitações dos serviços do número 190 ou com ofícios para atender demandas de eventos festivos, com aglomeração de pessoas em vias públicas. Para realizar uma atuação predominantemente preventiva tem feito uso de operações extraordinárias, visando a garantia do bem-estar social e da segurança da sociedade, como bem define a carta magna deste país. As ações de Inteligência têm ocorrido timidamente, o que reduz a potencialização das ações de combate a organização

criminosa oportunizando o avanço da sistematização do crime e a fragilidade das Instituições de Segurança Pública.

Com o avanço da tecnologia, o mundo do crime tem se aperfeiçoado com velocidade suficiente para surpreender todo o sistema de defesa social que não consegue encontrar mecanismos de controle da violência e da criminalidade. Embora muito já se tenha perdido, ainda há tempo para as Instituições Públicas nas diversas esferas de competência, se movimentar na busca de soluções para esse fenômeno que assusta e inquieta a população, e, para isso, deverá buscar na tecnologia as estratégias necessárias.

Devem existir medidas de combate a tais sistemas criminais, portanto, não se deve permanecer no conforto reativo de fatos já ocorridos, mas, é necessário entrar no estudo circunstanciado de tais acontecimentos e promover respostas que ofereçam os resultados esperados para ter de volta o domínio sobre tais questões, antecipando-se às ações delituosas.

Tomar como ponto de partida as mudanças do agente criminoso nos últimos dez anos em Feira de Santana e o crescimento dos crimes que mais afasta a sensação de bem-estar da população, sendo os crimes violentos letais intencionais (CVLI) um dos maiores indicadores de violência praticada pelos delinquentes, é uma forma de provocar reflexão das Instituições de Segurança Pública com vistas ao aprimoramento do Sistema de Defesa Social para garantir a segurança da população.

O aspecto diferencial e de relevância para as Instituições do Sistema de Defesa Social é o uso da Análise Criminal como ferramenta a ser trabalhada nas atividades de inteligência, planejamento e execução das ações de combate à criminalidade e de verificação das políticas públicas necessárias ao atendimento das comunidades menos assistidas, principalmente pelo momento atual da economia brasileira, baiana e, por consequência também feirense.

A metodologia desta pesquisa está estruturada com a síntese dos conceitos e pensamento de autores envolvidos na temática em estudo, dando sustentação teórica e sendo alvo de comparações com as experiências observadas nas análises estatísticas dos índices de criminalidade. Quanto aos fins pode-se classificar esse artigo como uma pesquisa descritiva. Quanto aos meios foram desenvolvidas pesquisas bibliográfica e documental.

Para a construção dessa análise foram consultados, especialmente, Alessandro Visacro (2009), com a obra *Guerra Irregular*; Eric Hobsbawm (2010) com *Bandidos* e Marcello Martinez Hipólito e Jorge Eduardo Tasca (2012) com *Superando o Mito do Espantalho*, através dos quais se observou abordagens com visões sobre a criminalidade, o criminoso e sua evolução. Outros autores, verificados nas referências, ajudaram a elaborar este estudo com informações de natureza técnica e histórica da PMBA, no conhecimento da Análise Criminal, como ciência necessária ao planejamento das ações de polícia, e no entendimento das razões sociais, filosóficas e antropológicas da existência do crime dentro das sociedades, com destaque para Thomas Hobbes (2006), com a obra *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*.

O artigo está estruturado em seções, iniciando-as com esta Introdução, que cumpre a função de mostrar os aspectos delineadores da pesquisa, a contextualização do estudo diante da realidade do crime e da violência. Apresenta alguns conceitos de obras literárias ligadas ao tema,

e a caracterização de Feira de Santana como local onde se desenvolveu a experiência estudada. Alguns conceitos são aprofundados para compreensão dos conflitos sociais e as análises das estratégias usadas a fim de encontrar resposta para a questão de partida. A seguir, a seção de Desenvolvimento, que trata do referencial teórico subdividido em subseções, para enfatizar em cada tópico a abordagem dos autores das obras citadas em paralelo à realidade em que se encontra a sociedade e as instituições públicas de segurança, diante da sistematização do crime, do tráfico de drogas e armas com o crescimento da violência. Especial atenção para o conteúdo do PLANESP (2011) por conta da Análise Criminal com as estatísticas criminais e a situação da Polícia Militar em contexto evolutivo no combate à criminalidade. Traz ainda os dados criminais em Feira de Santana, pois apresentou a estatística da criminalidade, com as características dos crimes na cidade, o grau de incidência das ocorrências por horário e dia da semana, disponibilidade de efetivo e viaturas para fazer o policiamento, a produtividade da Polícia Militar e a análise do resultado dos índices após período de execução. As considerações finais constituem-se como última seção, apresentando uma síntese da pesquisa, as razões de sua realização, com uma avaliação do que foi encontrado durante o estudo, os aspectos positivos e negativos, algumas definições e sugestões.

2. DESENVOLVIMENTO

Esta seção está subdividida em subseções, com a finalidade de enfatizar as diferentes abordagens dos diferentes autores. Traz em paralelo a realidade em que se encontra a sociedade e as instituições públicas de segurança, diante da sistematização do crime, do tráfico de drogas e armas com o crescimento da violência. Há um especial destaque para o conteúdo do PLANESP (2011), em função do seu conteúdo, que contempla a Análise Criminal com as estatísticas criminais e a situação da Polícia Militar em contexto evolutivo no combate à criminalidade.

2.1 HISTORICAMENTE, COMO SURGEM OS CONFLITOS SOCIAIS E O DESVIO DAS PESSOAS PARA O BANDITISMO.

Ao abordar sobre a condição natural da humanidade relativamente à sua felicidade e miséria, Hobbes (2006) faz alusão à condição de igualdade natural entre os homens. Mesmo o mais fraco, referindo-se a força física, pode vencer o mais forte; seja por astúcia ou aliando-se a outros com o mesmo objetivo. Refere-se às faculdades de espírito entre os homens com igualdade ainda maior que as de força. Assim, exercitam o direito ao desejo e às conquistas da mesma forma. Quando coincidem desejos de dois homens que só pode ser usufruído por um, se tornam inimigos, esforçando-se por destruir ou subjugar um ao outro para atingir o seu fim. Desta forma, as relações de domínio vão se estabelecendo até que o homem não se sinta ameaçado e seus desejos plenamente atendidos.

Considera três causas principais de discórdia na natureza do homem: a competição, a desconfiança e a glória. A prática da violência se dá para obter lucros e colocar pessoas subjugadas. Da mesma maneira faz para defender-se e manter-se seguro; pode ainda entrar em luta por diferença de opinião, sinal de desprezo, ou qualquer outra forma que satisfaça o prazer. Fortalece ainda mais ao afirmar que os homens quando vivem sem um poder comum que os mantenha em respeito recíproco, estão em condição de guerra. “Uma Guerra que é de todos os homens contra todos os homens” (HOBBS, 2006, p.98).

Nesse sentido, não há espaço para o bem e o mal, para justiça ou injustiça, porque não há lei. O direito à propriedade só é dado ao homem pelo que consegue adquirir pelo tempo que consiga conservar. Hobbes (2006) conclui, parcialmente, dizendo que esta é a miserável condição em que se encontra o homem por obra da natureza.

Ainda para Hobbes (2006), o conceito de guerra não se define apenas pelo ato de lutar ou de estar em batalha, é suficiente que em determinado lapso temporal seja conhecida a vontade de lutar pela conquista e realização dos desejos. Cita: o “*jus naturale*” como a liberdade que cada um possui, através da razão, de dispor de todas as condições que tiver, e de usar da maneira que julgar adequada para preservar a vida; e o “*lex naturalis*” que se entende como regra geral estabelecida pela razão que proíbe ao homem fazer tudo que possa destruir sua vida, ou privá-lo das condições necessárias à sua preservação. Daí vê-se a diferença entre direito e a lei, sendo que o primeiro consiste na liberdade e o segundo na obrigação.

Neste sentido, a própria razão humana há de perceber que a situação proposta pela natureza em que o homem se encontra, não garante a vida por muito tempo, nem a sua realização confortável com pleno atendimento das necessidades, a não ser que promova a paz, e a defina como lei para sua preservação. Para concretizá-la, é necessário que os homens concordem com a ideia de paz, renunciando ter todas as coisas e conformando a liberdade na mesma condição dos outros em relação à sua, como o caminho a perseguir.

Só será possível substituir o estado de guerra, de todos contra todos, pelo estado de paz, se cada homem abrir mão de seu direito de fazer tudo o que quer pela garantia de uma convivência harmônica. Para manter esta convivência, é necessário que haja um instrumento de controle com poder para estabelecer limites de tal forma que os homens não extrapolem o “pacto”, como posteriormente é abordado por Rousseau (2000), na obra: Do Contrato Social ou Princípios do Direito Político.

O entendimento é de que o controle só será exercido quando os homens concederem a um indivíduo a autoridade sobre todos os demais, com poder para usar a força e os recursos de todos, do modo que mais lhe convier para assegurar a paz e a defesa comum. Conforme Hobbes (2006, p.131) afirma: “Esta é a geração daquele enorme Leviatã, ou antes – com toda reverência – daquele Deus mortal, ao qual devemos, abaixo do Deus Imortal, nossa paz e defesa”. Assim, o autor institui um Soberano, representado por aquele indivíduo, com poder absoluto.

Rousseau (2000), ao elaborar os princípios dos direitos políticos, reforça a ideia de fortalecimento da liberdade através da união de forças que só é possível pela agregação dos homens numa soma de esforços para garantir sua existência. Na construção do pacto social, contempla o gênero

humano substituir o seu estado primitivo de subsistência por essa soma de forças, que, se não usada adequadamente, pode ser a sua ruína. Esta dificuldade conduz à busca de uma conjuntura social que promova a proteção de todos pela ação voluntária de cada um, de sorte que, se um indivíduo se recusa a obedecer a vontade geral, todo o grupo impõe a obediência. Essa obrigação vai fortalecer todas as outras do pacto social.

Hipólito e Tasca (2012, p.35) estabelecem em suas reflexões uma relação direta entre a condição conflituosa em que esteve a humanidade e o surgimento das atividades policiais, a saber: “No entanto, muitas das sociedades pré-escritas tiveram sua história dissociada da existência de um sistema formalizado de controle social, ou mesmo de policiamento, sistemas estes que tiveram seu aparecimento em processos coletivos ou comunais de controle social”. Cita a obra - A República de Platão, fazendo referência aos “guardiões da lei e da cidade” que eram responsáveis pela administração da “*polis*”, lembrando a Grécia Antiga, onde as pessoas lutavam pela sua própria segurança, quando surgem agentes que coagem pela força física e ameaça, para fazer respeitar as leis da cidade. Aborda também o surgimento de tais atividades em Roma, no reinado de Augusto, quando o prefeito da cidade tinha a incumbência de manter a ordem na rua e de agir com uma equipe de auxiliares contra os desordeiros. Completa o pensamento quando se refere à invasão dos bárbaros na Europa, quando afirma que os agentes dos serviços de polícia desaparecem, ficando aquele período marcado por motins, distúrbios, guerras e violência de toda natureza, prevalecendo as atitudes individuais, marcando a Idade Média pela anarquia, mesmo diante do poder que a Igreja exercia.

As diferentes culturas irão estabelecer formas de condução e proteção de acordo com as realidades, estruturas e crenças de cada comunidade, originando cada um à sua maneira de estabelecer a segurança, contudo, Engels (1984, p.131) afirma que a característica essencial do Estado é a presença de uma força pública separada da massa do povo, utilizada para sua própria proteção.

É a partir da construção do Estado Moderno, que se identifica a necessidade de estabelecer um sistema de gerenciamento de conflitos, quando ao perceber que, para o mais forte, sempre vai aparecer o novo para superá-lo, sem que se assegure o direito ou garanta o poder. Na luta pela sua sobrevivência o homem se submete, não por obediência, uma vez que não há porque se falar em obediência quando a força o subjuga, basta retirá-la que não há porque obedecer. Para evitar expor-se a tais humilhações ou perigo, o homem cede o seu direito de defender-se a quem demonstra força suficiente para protegê-lo. É o Estado que vai assumir esse papel, tomando a ordem social como direito sagrado e a família como sociedade primeira.

Como afirma Rousseau (2000), a família é a norma primitiva das sociedades políticas, tendo o pai por cabeça e os filhos pelos povos, todos nascidos iguais e livres, só abrindo mão de sua liberdade se houver proveito de todos, mesmo citando o contraponto do pensamento Aristotélico de que os homens não são iguais, porque uns nascem para obedecer e outros para mandar, e ainda o pensamento de Hobbes de que os súditos não tinham direito algum, pois o soberano era o todo-poderoso.

Numa outra perspectiva observada por Engels (1984, p.191), o Estado não é um poder que se

impôs à sociedade de fora para dentro, mas sim, um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento e confessa que entrou em contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis. Para que esses antagonismos, com interesses econômicos colidentes, não devorem a sociedade numa luta infrutífera, foi colocado um poder aparentemente por cima dela, chamado a reduzir o impacto e a mantê-la dentro dos limites da “ordem”. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado representado pela instituição de uma força pública, que já não mais se identifica com o povo em armas. Antes, deriva da divisão da sociedade em classes, que impossibilita qualquer organização armada espontânea da população, sendo criada a Polícia composta de homens, como braço armado do Estado, que nasce da necessidade de conter o antagonismo das classes. E como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o Moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado.

Na atualidade, para estabilizar tais relações conflituosas em relação ao Estado Brasileiro, a Carta Magna faz referência à missão precípua da Polícia Militar, a quem cabe a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública, conforme definido no parágrafo 5º do artigo 144 da Constituição Federal, observando que é dever do Estado, mas, direito e responsabilidade de todos (BRASIL, 1988).

No formato anterior dessa sociedade, a Igreja exerce forte controle social, o homem está muito arraigado à figura divina. É o período em que a religião tem influência maior sobre a condução da sociedade. O homem está afastado das práticas criminosas muito mais pela preocupação com o destino de sua alma do que com as prisões propostas pelo Estado, muito embora sejam períodos marcados por vinganças, distúrbios e várias formas de violência. Justamente na Revolução Francesa, são dados passos largos para o futuro rompimento do Estado com a Igreja, passando o Estado a deliberar assuntos antes só conduzidos pela Igreja, a exemplo do casamento, que tem a sua legalidade atrelada aos ritos cartoriais para então ser realizada liturgicamente, ou mesmo sua dissolução que é garantida somente pelo Estado. No mesmo sentido, percebe-se o rompimento das preocupações do homem com o destino de sua alma, estando mais aferrado às medidas punitivas do Estado. A partir daí, por volta dos séculos XVIII e XIX vai surgir a polícia como força policial pública instituída em grande parte dos Estados Ocidentais (HIPÓLITO e TASCA, 2012).

Encontrar um modelo de sociedade que defenda e proteja, de forma eficaz, os bens e interesses de cada cidadão é uma discussão que remonta ao período inicial em que a humanidade buscava um caminho para sua preservação. Rousseau (2000) indica como um problema identificado para a sociedade da sua época, e que permanece nos dias atuais.

A estruturação da sociedade atual, tomando por base para políticas públicas: a economia e o sistema capitalista, fragmentando o Estado em classes sociais, conforme foi proposto por Engels (1984), possibilita maior distanciamento entre os diversos níveis sociais, deixando a classe

menos assistida cada vez mais distante das ações estatais que proteja seus bens e interesses. Desta forma, o que ocorreu no passado pode se repetir no presente, quando a escravidão que favorecia a classe dominante teve que se render à luta pela abolição; os nobres foram superados pelo fortalecimento da burguesia, e atualmente, percebe-se a ineficiência das ações do Estado Brasileiro na contenção das práticas contraventoras e criminosas, especialmente do CVLI, que tem se avolumado pela sistematização do crime, e os casos de corrupção com desvio de recursos públicos e lavagem de dinheiro do crime organizado.

Percebe-se quão antigo é o problema da segurança pública, bem como a discussão sobre a temática do banditismo, que, ao longo da história, sofre transformações. Entretanto, a sua forma de atuação mantém padrões de semelhança com os casos recentes, a exemplo dos ataques a caixas eletrônicos e agências bancárias, que, na atualidade, têm sido nominadas como “novo cangaço”.

2.2 O BANDITISMO DO PASSADO E OS BANDIDOS DE HOJE

Referindo-se às relações que envolvem bandidos, Estado e Poder, Hobsbawm (2010) observa que nas montanhas e nas florestas, fora do alcance das autoridades e das leis, bandos de homens violentos e armados impõem suas vontades às suas vítimas, mediante extorsão, roubo e outras formas, desafiando a ordem econômica, social e política, por desafiar os que têm ou aspiram ter o poder, a lei e o controle dos recursos. Assim, faz uma divisão do banditismo sob o ponto de vista social, referindo-se ao seu nascimento, quando as sociedades anteriores ao banditismo passam a fazer parte de sociedades com classes e Estado; sua transformação a partir da ascensão do modo de produção capitalista local e mundial; e sua longa trajetória sob Estados e regimes sociais intermediários. Para as pessoas que ingressavam no banditismo o argumento era que seria melhor infringir a lei do que morrer de fome, uma vez que o ritmo do banditismo era determinado pelo ritmo da fome.

Tal abordagem evidencia que as atividades criminosas se desenvolviam pela luta de classes, descrita por Marx e Engels (2014, p. 33) assim: “A história de todas as sociedades existentes até hoje é a história da luta de classes”. Fazendo alusão a burgueses e proletários como homens livres e escravos, patrícios e plebeus, barões e servos, mestres e aprendizes, em resumo, opressores e oprimidos, que estiveram sempre em lados opostos da mesma sociedade, numa luta que resultava sempre numa transformação revolucionária de toda a sociedade, ou com o fim comum das classes em disputa.

A necessidade de sobrevivência determinava as ações ilegais, mas que eram acolhidas pelos menos favorecidos, como caminho para alcançar direitos inalienáveis e melhores condições de vida, confundindo as opiniões sobre a legitimidade de tais práticas por causa dos fins sociais que se pretendia com as barbaridades praticadas (HOBSBAWM, 2010).

No entendimento de Hobsbawm (2010), devemos então compreender o banditismo no contexto da história de poder, ou seja, pela capacidade de controlar pessoas e recursos por meio das coerções praticadas pelos governos ou centros de poder, que correspondiam aos donos de terras e gado, nos territórios ou entre as populações. Faculdade que era limitada muitas vezes pela falta de meios adequados de controle ou pela indisposição das pessoas para obedecer ou acatar o controle estabelecido. Neste sentido, os bandidos eram aqueles que resistiam em obedecer e se colocavam fora do alcance do poder se tornando rebeldes potenciais. Para o autor, a utilização do termo bandido tinha apenas um sentido conceitual, pois provinha do italiano *bandito*, que significa “banido”, posto fora da lei.

Atualmente, a população brasileira vem se apropriando da palavra bandido, ou mais comumente “marginal”, quando se reporta às pessoas que, costumeiramente, estão na prática de crimes de toda ordem, sejam os praticados com menor potencial ofensivo ou até os crimes de homicídio. Muito embora haja discussão sobre os fatores que induzem as pessoas à vida no mundo do crime, não se estabelece nenhuma relação com a luta em favor de classes sociais. As manifestações em defesa de direitos coletivos têm se dado através de passeatas e concentrações em locais públicos que inviabilizam o dia-a-dia das cidades, sem que haja utilização de meios violentos, na maioria das vezes, sendo aberto canal de conversa através dos quais se estabelecem acordos ou não, que encerram a mobilização coletiva. Tal afirmação se respalda nas diversas manifestações coletivas, vistas cotidianamente através da mídia, notadamente a televisiva, por toda população brasileira.

Por outro lado, Hobsbawm (2010) aborda que anterior à era do capitalismo moderno, o principal fundamento do poder econômico era a coerção física contra aqueles que produziam as riquezas, com o fim de delas se apropriar. Nos últimos 250 anos o exercício do controle físico concentrou-se no chamado Estado Territorial ou Nacional, através de funcionários públicos com poder absoluto sobre todas as questões, o que não era possível antes. Foi a partir da revolução das comunicações e do transporte, através do telégrafo e das estradas de ferro, que se tornou possível saber o que ocorria nas áreas mais distantes das fronteiras, com rapidez suficiente para chegada dos agentes públicos para agir. Antes, nenhum Estado cujo território não pudesse ser atravessado a pé em um ou dois dias possuía conhecimento do que ocorria, quem nascia, quem vivia ou quem morria dentro de seus domínios.

Com o monopólio efetivo das armas, por parte do Estado, e o poder político sendo medido pelo número de guerreiros que um líder pudesse mobilizar com regularidade, o banditismo passou a ocorrer, como fenômeno de massa, onde o poder era instável ou estava ausente (HOBBSAWM, 2010). Já nos dias atuais o poder político tem se manifestado pelo número de votos que são conquistados junto à população, enquanto que as ilicitudes são praticadas nas “barbas” do Estado.

Houve evolução significativa nas ações governamentais contra as ocorrências criminais ao longo do tempo, entretanto, os registros atuais do Estado Brasileiro, seja nas instituições públicas, através de empresas de pesquisas ou em noticiário jornalístico, dão conta do crescimento dos índices de violência e criminalidade, especialmente dos crimes violentos letais intencionais (CVLI), envolvendo pessoas de faixa etária entre 14 a 29 anos (ANUÁRIO, 2014, p.46).

O crescimento do tráfico de drogas surge como fenômeno social que aflige, principalmente, as

camadas menos favorecidas da sociedade e se associam de uma forma ou de outra ao crescimento da violência. Mostra-se necessário o estudo desta modalidade criminosa que afeta o sistema econômico, político, social e com graves ameaças a sensação de segurança e bem-estar da população. Na subseção a seguir, Alessandro Visacro (2009) traz uma abordagem do crescimento do tráfico de drogas, após a segunda guerra mundial, no período conhecido como guerra fria até os dias atuais, associando tal atividade aos conflitos urbanos e guerras irregulares.

2.3 O BANDITISMO NO PODER: CONSEQUÊNCIAS DO TRÁFICO DE DROGAS E ARMAS

No solo brasileiro, a infiltração das drogas nas diversas esferas da sociedade tem contribuído significativamente para o surgimento de novos grupos interessados nos lucros decorrentes de tal comércio. Enquanto a ala nobre do tráfico de drogas se apresenta como legítimo investidor do país, identificando os espaços sociais que favoreçam o consumo maior de entorpecentes, na linha de base, a guerra é travada com o crescimento assustador do número de homicídios, principalmente nas favelas, invasões e nos bairros periféricos, onde são constatadas ausências das políticas públicas voltadas para o atendimento de necessidades básicas de sobrevivência, sendo observado que as pessoas estão vivendo na linha da pobreza quando ainda não alcançaram a linha da miséria. Tais locais se constituem como palcos de disputa pelo domínio do tráfico de drogas. Esse cenário é explicitado, neste início de século XXI, quando as instituições de segurança pública, notadamente a Polícia Militar, fazem os levantamentos necessários ao planejamento de suas ações no combate a violência e a criminalidade.

Segundo Visacro (2009, p.296) foi com o fim da guerra fria que o tráfico internacional de drogas se constituiu como uma alternativa atraente de financiamentos, em virtude de sua grande rentabilidade, atraindo diversos grupos irregulares que se vincularam de maneira cada vez mais próxima, a exemplo de organizações terroristas e grupos do crime organizado, fomentando especialmente o tráfico internacional de armas, drogas e lavagem de dinheiro. Afirma ainda, que a produção de heroína no Sri Lanka, cocaína na Colômbia e ópio e heroína no Afeganistão, estão associados à intensa atividade de guerrilheiros e terroristas.

Na continuidade de sua análise, o autor observa que muitos críticos e intelectuais antiamericanos combatem a terminologia narcoterrorismo ou narcoguerrilha, por considerar incompatíveis as reivindicações sociais das organizações militantes com as práticas hediondas do tráfico de drogas, considerando como estratégias para legitimar a política belicosa americana.

Diante deste cenário, as construções político-partidárias brasileiras vão se desenvolvendo, com vinculações ou laços diplomáticos nas redes socioeconômicas mundiais, que determinam rumos para a nação com influências quase que imperceptíveis. No retrato atual da política brasileira, de maneira superficial, pode-se observar pelos noticiários, as disputas acaloradas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, de onde surgem análises da possibilidade de impeachment da Presidente da República, reeleita recentemente pelo voto popular numa eleição acirrada, onde

os eleitores quase que se dividiram igualmente entre os dois candidatos que foram ao segundo turno.

No momento em que a Casa Presidencial despencava vertiginosamente nas pesquisas de aprovação popular, chega-se a ventilar nas redes sociais, que os bastidores das casas legislativas pensam numa possibilidade de governo através do parlamentarismo. Os fatos mostram o grau de disputa pelo poder e a fragilidade política do Executivo Federal diante do Congresso Nacional (VISACRO, 2009).

Numa abordagem que guarda certa semelhança com a realidade brasileira, Visacro (2009) relata sobre a situação política da Colômbia, onde se assiste a um palco de campanhas irregulares da atualidade, com tradição de violência enraizada em suas relações sociais, que vem se renovando em décadas de conflito. O ambiente político-social bastante degradado apresenta disputas, no século XIX, entre as elites locais com aspirações divergentes da vontade popular. Afirma que o flagelo da população colombiana decorre, entre diversos fatores, da ascensão vertiginosa da indústria da coca nos anos de 1980, do banditismo e da impotência do governo central fragilizado pelas obscuras relações de poder e das divergências entre conservadores e liberais.

Ainda segundo Visacro (2009), no século XIX, as duas grandes lideranças partidárias da Colômbia protagonizaram oito guerras civis, sendo a pior delas, A Guerra dos Mil dias que deixou um saldo de 100 mil mortos, deflagrada em 1899. Tal disputa entre o Partido Conservador e o Liberal adentrou pelo século XX, sendo a causa direta do aviltamento do quadro interno por volta de 1940, e o seu apogeu entre 1948 e 1950, quando ocorreram 50% das mortes. Para tornar mais realístico o quadro Visacro (2009, p.297) cita Mark Bowden que diz:

[...] um período de pesadelo e derramamento de sangue, tão vazio de significado que ficou chamado simplesmente de *La Violence* [...]. Exércitos públicos e privados aterrorizavam áreas rurais. O Governo combatia as guerrilhas paramilitares, os industriais combatiam os sindicalistas, os católicos conservadores combatiam os liberais heréticos e bandidos tiravam vantagem dos saques em uma terra de ninguém.

O resultado verificado ao final dos conflitos de *La Violence* foi o colapso das instituições políticas e sociais da Colômbia, assim aponta Visacro (2009).

Nos últimos anos o Fórum Brasileiro de Segurança vem publicando através de seu anuário, uma média anual de mais de cinquenta mil mortes por homicídio no território brasileiro. Drogas e armas têm sido comercializadas clandestinamente, gerando recursos fomentadores da sistematização do crime, comprometendo a garantia dos serviços penitenciários e a redução da violência. Para melhor entendimento de como vem ocorrendo esse crescimento da violência realiza-se na próxima seção um recorte do cenário nacional, passando a estudo mais minucioso do que ocorre na cidade de Feira de Santana no Estado da Bahia. Os números criminais, a produtividade das ações de polícia e a mudança de perfil do delinquente demonstram a realidade da primeira cidade do interior do Estado com as novas modalidades de atuação criminosa.

2.4 AS CONSEQUÊNCIAS DO BANDITISMO EM FEIRA DE SANTANA E OS DADOS ESTATÍSTICOS DA AISP 36.

2.4.1 Informações Estratégicas para o Cenário de Estudo e Avaliação.

A maior cidade do interior da Bahia, com uma área de aproximadamente 1.337,993 km² e população estimada de 617.528 habitantes, Feira de Santana chega a ter um milhão de pessoas incluindo a população flutuante durante o dia, devido o atrativo do comércio ou até mesmo de cidadãos em viagem, estando de passagem, por ser o maior entroncamento rodoviário do norte-nordeste do país, sendo rota obrigatória para milhares de veículos, gerando uma grande circulação de recursos financeiros. Ao caracterizar o território estudado, destacam-se os aspectos relacionados à criminalidade e ocorrência de homicídios, nesse sentido verificou-se que Feira de Santana é a segunda maior cidade do Estado da Bahia, com um PIB de 8,63 bilhões, IDH de 0,712. Apresentando Crescimento Econômico e Índice de Desenvolvimento Humano alto, esperava-se que pela teoria estudada houvesse números criminais menos consistentes, entretanto, a cidade é a segunda mais violenta do Estado em números absolutos de homicídio (IBGE, 2014).

Por causa do crescimento dos eventos criminosos, sendo a violência urbana um dos fatores mais preocupantes, especialmente os Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), e com a aparente falência dos segmentos sociais e instituições da segurança pública para combater com eficácia a violência e a criminalidade, que novas iniciativas são tomadas a fim de fazer frente aos contraventores da ordem estabelecida através das leis vigentes no País.

Fazer uso de ferramentas tecnológicas, estudar os aspectos que envolvem a violência e a criminalidade, identificar suas origens e autores com suas motivações; otimizar os recursos humanos e materiais existentes, com uso de toda potencialidade institucional, envolvendo os atores das ações policiais no cumprimento de metas e objetivos estabelecidos, parece ser o melhor caminho para enfrentar os conflitos sociais e reduzir a taxa da criminalidade a padrões aceitáveis.

Em 2013, o município registrou um total de 343 homicídios, incidindo na redução dos índices de CVLI em torno de 20,6% em relação a 2012, conferindo às Instituições de Segurança Pública Estadual que compõem a Área Integrada de Segurança Pública (AISP) 36 o prêmio de desempenho policial concedido pelo Governo Estadual, através de uma gratificação distribuída com as Unidades que mais reduziram os índices relativos e absolutos de CVLI. Os índices alcançados, embora com boa redução, ainda foram considerados elevados, impondo ao Comando Regional Leste a missão de reduzir ainda mais os números relativos à criminalidade em 2014, que mesmo com todo esforço ainda apresentou números significativos, como se vê no gráfico 1 abaixo, especialmente na faixa etária jovem.

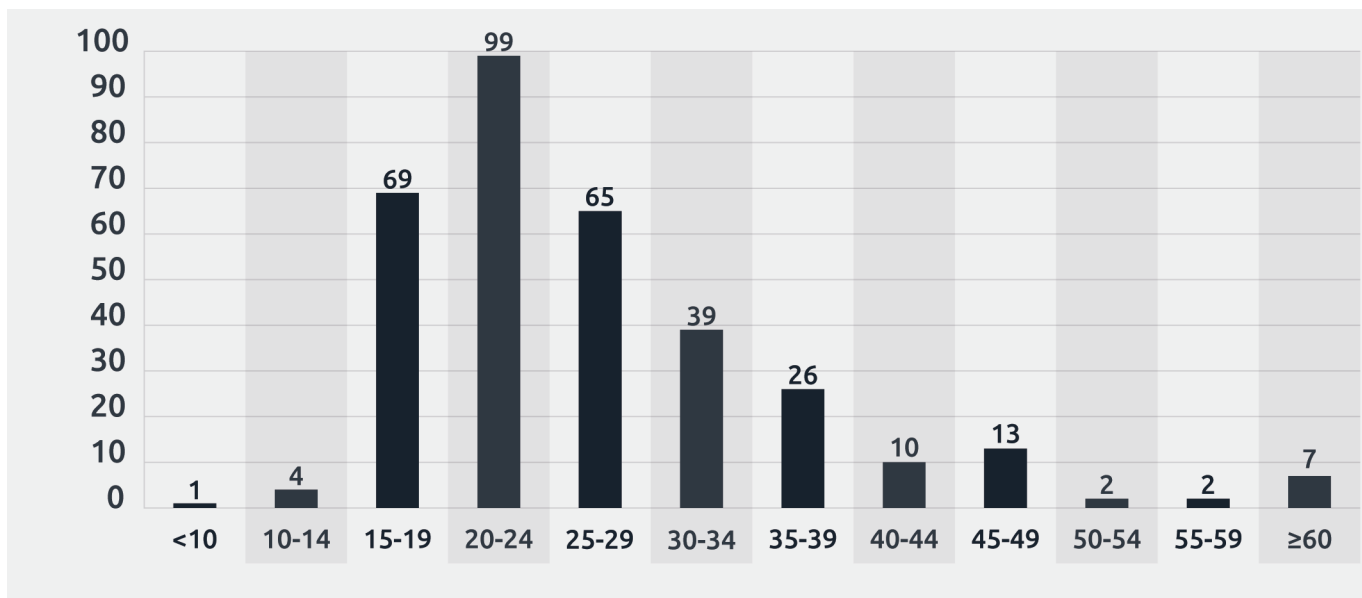


Gráfico 1 - CVLI na AISP 36 em Feira de Santana

Fonte: FSA (2014)

Ao elaborar o PLANESP (2011), o Governo do Estado utilizou a Matriz SWOT como ferramenta metodológica para diagnosticar a Secretaria de Segurança Pública, antes de definir os seus objetivos estratégicos para aquela pasta. Por conta desta ação foram elencados em 2013, os 40 municípios com os maiores índices de crimes dessa natureza priorizando os 20 primeiros. Entre eles, Feira de Santana foi uma das cidades escolhidas para receber melhorias nos serviços da Polícia Militar quanto ao aspecto operacional, estrutural e logístico.

Dentre as medidas estratégicas adotadas, redefiniram-se as áreas operacionais das Companhias Independentes da Polícia Militar (CIPM) sediadas na cidade adequando-se com as delegacias territoriais a fim de facilitar as ações operacionais, as relações institucionais, e a identificação das comunidades junto às instituições públicas que atendem as necessidades de segurança pública, conforme Figura 1.

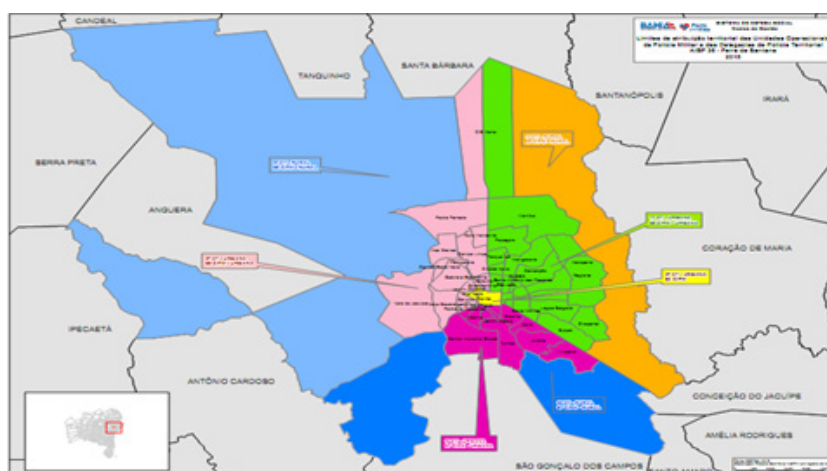


Figura 1- Mapa da Divisão Territorial da AISP 36 – 2015

Fonte: SSP-BA (2015)

Tomando como referência o modelo adotado pelo Governo do Estado, a Coordenação de Planejamento Operacional e Decisões Estratégicas (CPODE) do Comando de Policiamento da Região Leste (CPRL) utilizando dos levantamentos existentes e dos dados colhidos nas reuniões com Núcleo de Gestão do Pacto Pela Vida, montaram as estratégias a partir da mancha criminal identificando os locais de maior ocorrência de homicídios. Com os locais devidamente mapeados foi possível planejar ações de caráter preventivo, além do conhecimento antecipado sobre o perfil das pessoas a serem prioritariamente abordadas em cada localidade.

Em cada atividade, era realizado o mesmo procedimento, modificando as demandas estratégicas em função da mudança da mancha criminal e das novas informações verificadas nas estatísticas, sobre horários e dias com maior índice de ocorrências, ficando evidente o crescente número de pessoas envolvidas na prática de homicídios e a facilidade de acesso a armas de fogo para tal prática, o que não era observado em períodos anteriores.

A Operação Anjos da Guarda, assim intitulada, ficou caracterizada pela utilização da Análise Criminal, mesmo que de forma empírica, através do policiamento orientado para a solução de problema sintetizado pelo método IARA de solução de problemas, o qual inclui Identificação, Análise, Resposta, Avaliação e Monitoramento, contribuindo para potencializar um policiamento inteligente baseado num processo sistemático de coleta e processamento de informação e análise. A subseção a seguir vai mostrar a compilação de dados e sua importância no planejamento das ações e o acompanhamento de seus resultados.

2.4.2 A Importância dos Números no Planejamento Estratégico e Operacional

O combate aos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) tem sido o alvo prioritário das Instituições de Defesa Social em função do crescimento dos índices de homicídios em todo o Estado Brasileiro nos últimos anos. Os números verificados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2015), através das Secretarias Estaduais de Segurança Pública e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam para o crescimento da violência e da criminalidade, colocando o Brasil entre os países mais violentos nas estatísticas mundiais. A Bahia acompanha de forma crescente o cenário nacional, como se vê ao longo dos anos na Tabela 1.

Ano	Homicídio	Taxa	LC/ morte	Latrocínio	Total
2014	5.663	36,9	125	199	5.987
2013	5.440	36,1	122	146	5.708
2012	5.879	41,5	141	165	6.185
2011	5.431	38,5	212	144	5.787
2010	4.535	32,4	178	116	4.829
2009	4.581	31,7	217	133	4.931

2008	4.319	29,8	100	115	4.534
2007	3.497	24,8	89	122	3.708
2006	3.188	22,8	S/I	S/I	3.188
2005	2.963	21,6	81	136	3.180
Total	45.496	...	1.265	1.276	48.037

Tabela 1 - Estatística de CVLI na Bahia

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública e SSP-BA (2014)

Foi verificado na última avaliação feita pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, para o ano de 2014, que o Estado da Bahia teve o maior número de CVLI (homicídios, latrocínios e lesões corporais seguidos de morte), superando os demais Estados, com 5.987 ocorrências em números absolutos. Tais informações devem direcionar as prioridades das políticas públicas do governo baiano para os próximos anos, muito embora, tenham sido anunciadas muitas ações desenvolvidas.

Em Feira de Santana, a segunda cidade do estado baiano em população dentre outros aspectos, a partir do mês de junho de 2014, os números de CVLI vêm reduzindo, ficando na contramão positiva dos números registrados em todo o Estado, como se vê abaixo na Tabela 2.

MÊS	ANO				
	2011	2012	2013	2014	2015
JANEIRO	33	34	18	32	30
FEVEREIRO	13	59	31	28	23
MARÇO	53	47	21	35	30
ABRIL	23	40	28	70	35
MAIO	25	33	28	29	11
JUNHO	36	32	36	24	25
JULHO	47	33	30	20	17
AGOSTO	30	26	24	22	19
SETEMBRO	30	30	36	20	17
OUTUBRO	26	30	30	29	29
NOVEMBRO	43	46	25	27	20
DEZEMBRO	20	30	36	28	28
TOTAL	379	440	343	365	284

Tabela 2 – Estatística de CVLI em Feira de Santana

Fonte: PMB A - CPODE/CPRL (2015)

O quadro estatístico de CVLI, registrado em Feira de Santana a partir do segundo semestre do ano de 2014, deve ser alvo de estudos aprofundados em busca das razões de seus resultados operacionais, tendo em vista ser uma realidade diferenciada da maioria dos municípios baianos. O objetivo deve ser voltado para projetar o êxito alcançado na cidade, como se vê no gráfico 2, como forma de contribuir para melhor desempenho no combate à criminalidade em todo o Estado. Observa-se uma redução mês a mês entre os anos de 2014 e 2015.

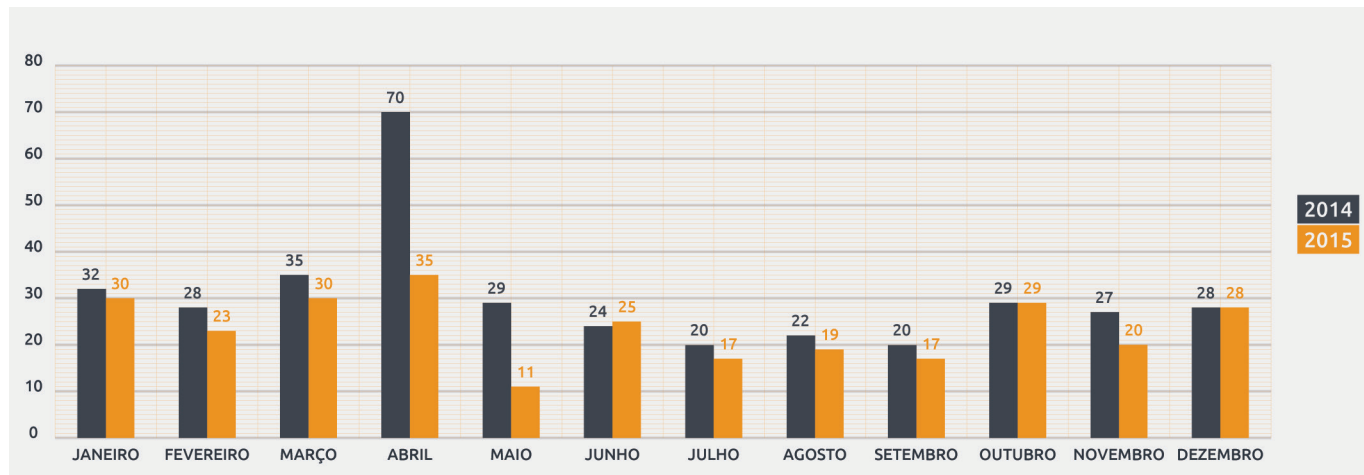


Gráfico 2 – Comparativo de CVLI em Feira de Santana

Fonte: PMBA - CPODE do CPRL (2015)

Um dos principais aspectos a serem considerados nos resultados apresentados tem a ver com as ações e operações policiais desenvolvidas, além do nível de comprometimento e motivação dos atores da execução de tais processos. Os gráficos 3 e 4 abaixo apresentam uma amostragem das ações desenvolvidas e dos resultados verificados, respectivamente.

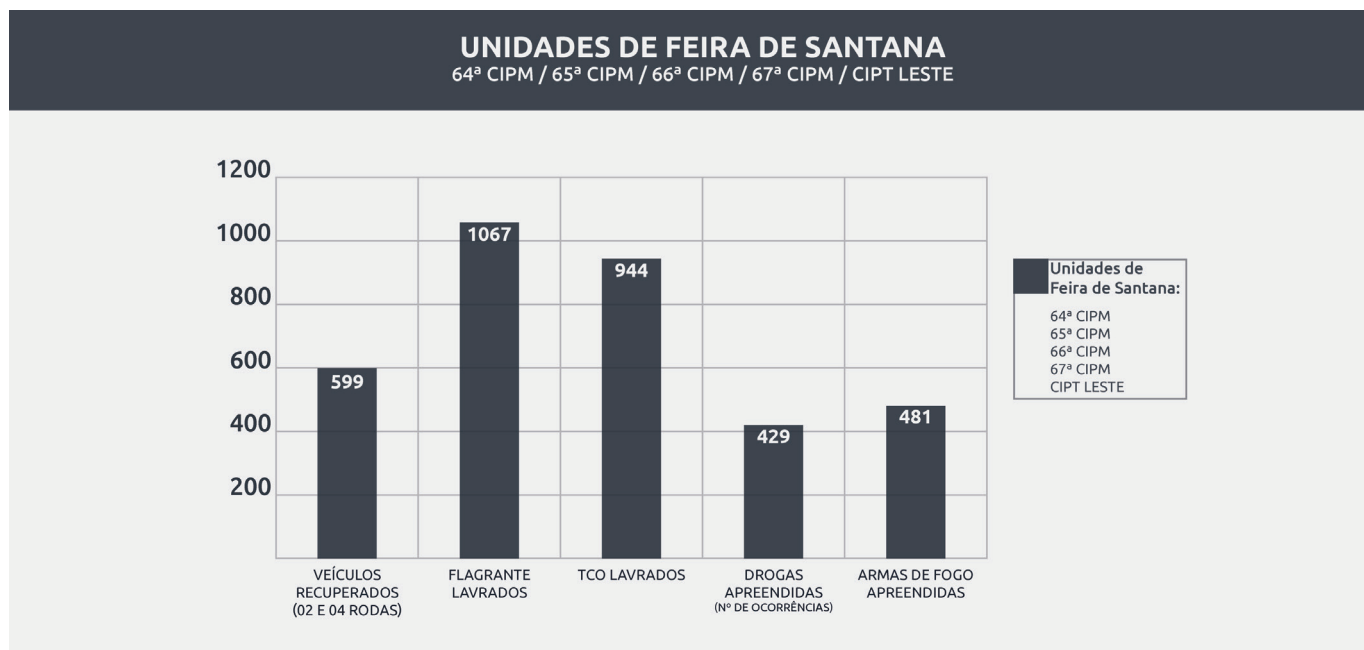


Gráfico 3 - Ações Policiais Militares – 2015

Fonte: PMBA – CPODE do CPRL (2015)

AÇÕES POLICIAIS MILITARES EM FEIRA DE SANTANA

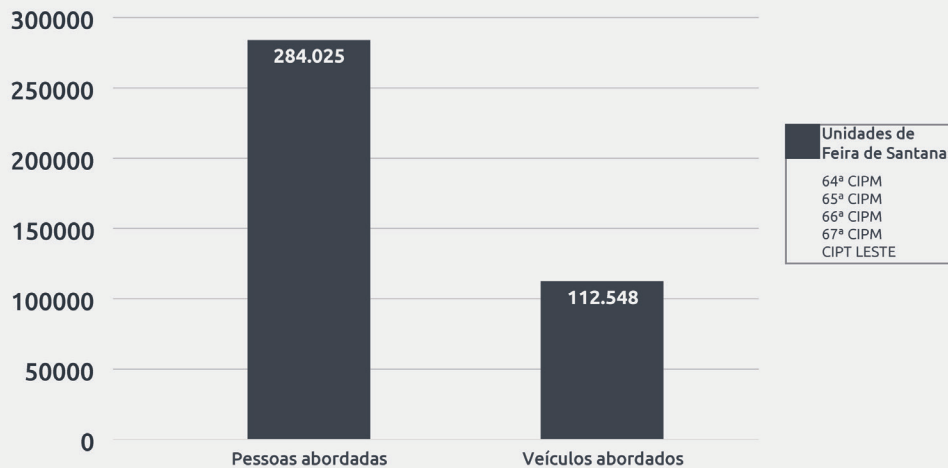


Gráfico 4 - Produtividade das Ações Policiais Militares - 2015

Fonte: PMBA – CPODE do CPRL (2015)

O resultado final de toda gestão das atividades policiais militares no campo operacional em Feira de Santana, para o ano de 2015, comparativamente aos quatro anos anteriores, é representado pelo gráfico 5 abaixo, podendo ser considerado de pleno êxito, muito embora, tais ações careçam ainda de aperfeiçoamento, tanto no planejamento, quanto na execução das operações.

COMPARATIVO POR ANO DO CVLI EM FEIRA DE SANTANA

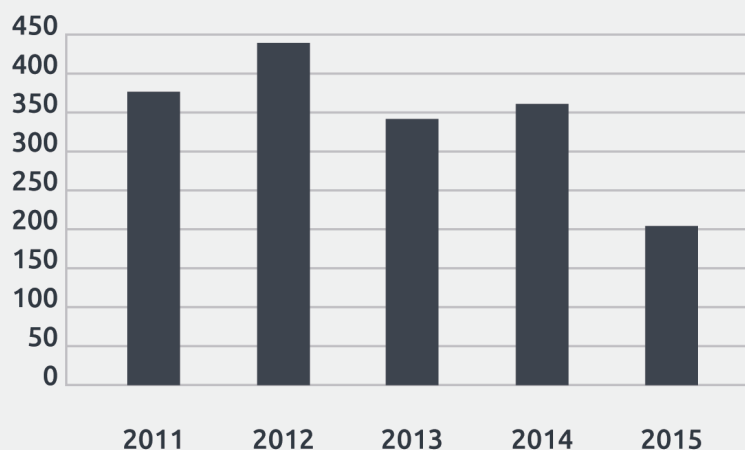


Gráfico 5 - Comparativo de CVLI por ano na AISP 36

Fonte: PMBA (2015)

A evolução do policiamento ostensivo, com estratégias de policiamento voltadas para a resolução de problemas e métodos utilizados para planejamento de ações visando o combate à criminalidade, deve ser mais evidenciada nas ações institucionais. A fundamentação teórica deixa claro que a Análise Criminal é um recurso para facilitar o planejamento e a execução das atividades

de combate à criminalidade. Souza (2008) afirma que o policiamento orientado para a resolução de problemas envolve a coleta de informação, análise, revisão e seleção, intervenção para minimizar riscos e avaliação de impacto. Sintetizados pelo método IARA que inclui Identificação, Análise, Resposta, Avaliação e Monitoramento. A metodologia contribui para potencializar um policiamento inteligente baseado num processo sistemático de coleta e processamento de informação e análise.

Ainda em relação às pesquisas bibliográficas, o que se encontrou para o policiamento ostensivo, foi à presença da Polícia Militar nas ruas, cobrindo o máximo possível da área da Unidade. Com o crescimento da população urbana e a ampliação dos bolsões de miséria (favelas, invasões e bairros periféricos), dentro da realidade atual do tráfico de drogas, esse método de atuação reduziu a sua eficácia, principalmente pela dificuldade de manter uma viatura com três policiais em algumas regiões críticas, dominadas por facções criminosas com investidas através de grupos fortemente armados, a exemplo dos crimes praticados contra as instituições financeiras, com riscos para a população, que têm ocorrido em todo o Estado. Há maior impacto na região do interior, onde as respostas do Sistema de Defesa Social são menos consistentes pela insuficiência de efetivo policial. Em 2015 foram 55 ocorrências de explosão de agências bancárias e caixas eletrônicas na Região Leste do Estado, conforme informações das agências, constantes do Gráfico 6.



Gráfico 6 – Número de Ocorrências em Agências Bancárias

Fonte: PMBA – CPODE do CPRL (2015)

Neste sentido, verifica-se que a carência de efetivo se constitui uma das dificuldades a serem superadas pela Polícia Militar para alcançar os objetivos, uma vez que o crescimento populacional deve ser acompanhado proporcionalmente do aumento do efetivo responsável pela mediação dos conflitos sociais, o que não vem ocorrendo, conforme tabela 3, que traz a realidade em anos diferentes dentro de um período de 10 anos.

ANO	EFETIVO PMBA	POPULAÇÃO DA BAHIA	HAB/PM
2015	33.675	15.203.934	451,49
2014	29.938	15.044.137	502,51
2010	33.169	14.016.906	422,59
2007	28.235	13.066.910	462,79

Tabela 3 – Variação do efetivo da PMBA x População nos últimos anos

Fonte: Adaptado do IBGE (2016)

Muito embora não se possa estabelecer uma proporção confiável entre policiais militares e habitantes, o parâmetro utilizado por algum tempo foi de 01 PM para 250 habitantes. Mesmo que essa proporção não seja a mais adequada ou não corresponda às necessidades de segurança pública, os números apresentados na tabela acima ainda são bem mais agravantes.

Por outro lado, os desequilíbrios sociais e institucionais são fatores externos a serem enfrentados, a exemplo da crise política e econômica que o País atravessa, da fragilidade demonstrada pelo sistema penitenciário, com fugas, rebeliões e controle das facções criminosas de dentro das prisões além dos atos permissivos que a sociedade se submete de jovens desestruturados pela degradação da família, transformados em comportamentos violentos e imorais pela certeza da impunidade.

Quanto às estratégias utilizadas na realização das operações, verifica-se que a Polícia Militar da Bahia, ao longo dos seus 190 anos, vem aperfeiçoando as suas modalidades de policiamento, especialmente no patrulhamento e na permanência (ARANHA, 1997), com medidas de aproximação e interação com a comunidade, com vistas à manutenção da ordem pública. A atuação policial militar passou a ser mais reativa e menos preventiva, surgindo, então, novas estratégias para retomar o controle social, através do policiamento comunitário e programas como o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD). O fato é que a violência e a criminalidade continuam a crescer, conforme foi observado nos números criminais, e medidas de contenção dos delitos precisam ser desenvolvidas. Nos últimos anos, esta missão tem exigido certa especificidade, em virtude do crescimento substancial do número de homicídios e pelas consequências sociais surgidas pelo avanço do tráfico de drogas, fazendo com que o órgão de segurança pública mergulhe por novos caminhos em defesa da sociedade.

3. CONCLUSÃO

Diante do cenário apresentado, é indiscutível que a convivência com a violência e a criminalidade permeia a vida social, de forma a se configurar como elementos que favorecem a existência de ambas. A estruturação do Estado e os organismos de defesa social fazem parte dos elementos de controle e não de eliminação do crime ou do criminoso. As estratégias de segurança pública aparecem como ferramentas de contenção, dificultando as investidas criminosas e garantindo o exercício pleno da cidadania e da dignidade humana.

Neste sentido, a atuação da Polícia Militar em Feira de Santana em 2015 cumpriu de maneira satisfatória sua função, ao promover a redução dos números de CVLI em 80 ocorrências, levando os índices a patamares de sete anos atrás, quando os dados da violência e da criminalidade eram bem menores. Muito embora os resultados alcançados tenham seu êxito, há que se pontuarem as mudanças ocorridas na criminalidade e nos seus atores ao longo dos últimos dez anos.

É notória a facilidade que as pessoas vêm tendo para adquirirem armas de fogo de forma

clandestina, enquanto, pelo caminho legal, existe um longo percurso a percorrer e uma série de burocracias a serem cumpridos. Entretanto, os dados mostram quatrocentas e oitenta e uma armas de fogo apreendidas em Feira de Santana em 2015. Devendo ser considerado ainda os duzentos e oitenta e dois homicídios praticados com uso de armas de fogo que não se sabe a origem ou o destino, sendo este tipo de crime o que mais avançou no seio da sociedade, causando preocupação essa ausência de valorização da vida. A facilidade de acesso a armas de fogo aliada a sistematização organizada do crime tem sido um dos grandes alicerces do crescimento da violência e da criminalidade.

Por outro lado, a oferta de rendimentos financeiros através do tráfico de drogas e de armas tem atraído um número significativo de pessoas que consideram uma alternativa mais próxima de sua realidade para atenderem as necessidades básicas de sobrevivência. Por esse caminho têm sido incluídas as crianças, os adolescentes e os jovens de 16 a 29 anos, o que ampliou ainda mais o número de vítimas nesta faixa etária, como mostram os gráficos desta pesquisa.

Há ainda, como mudanças observadas na criminalidade e nos criminosos de Feira de Santana nos últimos anos, a organização criminosa nas penitenciárias. Com o crescimento da população carcerária a níveis estruturais insuportáveis, os crimes de menor potencial ofensivo passaram a ter um tratamento menos rigoroso, o que tem levado muitos criminosos a liberdade após o cometimento de crimes que a legislação capitula com a possibilidade de concessão da liberdade, utilizado pela ausência de estrutura física capaz de recepcionar os agentes infratores da lei e da ordem. Tal situação tem promovido, de certa forma, a sensação de impunidade e a reincidência de práticas criminosas, gerando insatisfação da população que, em alguns casos, passa a agir por sua própria conta e risco; como afirma Hobbes 2006: “guerra de todos contra todos”.

Neste sentido, é fato que muitas medidas precisam ser tomadas e que vão além das ações da pasta de Segurança Pública do Estado para conter os índices de violência e criminalidade. O envolvimento dos diversos segmentos sociais e das demais pastas governamentais se tornaram imprescindíveis nessa luta pela paz social, pois as mudanças do perfil criminoso e suas consequências não parecem em estado terminal. É necessário que haja forte determinação da sociedade para conter o fenômeno da violência, reduzindo para níveis suportáveis as mudanças que vem ocorrendo no mundo do crime, a fim de evitar a ruptura do contrato social já estabelecido constitucionalmente.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Ana Luísa Vieira de; RICCIO, Vicente; RUEDIGER Marco Aurélio.

A utilização das estatísticas criminais no planejamento da ação policial: cultura e contexto organizacional como elementos centrais à sua compreensão. Ci. Inf., Brasília, DF, v. 40 n. 1, p.9-21, jan./abr., 2011.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Organização de Alexandre de Moraes. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BRODEUR, Jean-Paul. **Como Reconhecer um Bom Policiamento**. São Paulo: Edusp, 2002.

BORGES, Alberto Salles Paraíso; BOAVENTURA, Pedro Nascimento. **Policciamento Ostensivo Integrado**. PMBA, 2009.

CERQUEIRA, Lílian; ROSÁRIO, Dilson; MORAES, Deraldo. **Manual de Metodologia Científica: Desmistificando o Método**. Salvador: Artset, 2013.

CNMP. **A Visão do Ministério Público sobre o Sistema Prisional Brasileiro** / Conselho Nacional do Ministério Público – Brasília: CNMP, 2013.

CONGRESSOEMFOCO. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/tag/maioridade-penal/>>. Acesso em: 12 Jul. 2015.

DINIZ, Célia Regina; SILVA, Iolanda Barbosa da. **Tipos de Métodos e sua Aplicação**. Campina Grande; Natal: EDUEP, 2008.

ENGELS, Friedrich (1884), **A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 9. ed. – Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984.

FERREIRA, Bilmar Angelis de Almeida; RIGUEIRA, André Di Lauro (Org.). **Os indicadores-chave de desempenho como aliados da análise criminal**. Revista Brasileira de Segurança Pública / São Paulo V.7, n. 2 68-88 Ago/Set 2013.

FERRO, Alexandre Lima. **Inteligência de Segurança Pública e Análise Criminal, Revista Brasileira de Inteligência**. Abin, v.2, n.2. Abr. 2006.

FREITAS, Henrique; OLIVEIRA, Mírian; SACCOL, Amarolinda Zanela; MOSCAROLA, Jean. **O Método de Pesquisa Survey**. Revista de Administração, São Paulo, v. 35, p. 105-112, julho/setembro 2000.

G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/08/seguranca-e-2-maior-preocupacao-dos-brasileiros-segundo-pesquisa.html>>. Acesso em: 15 Set. 2015.

HIPÓLITO, Marcello Martinez; TASCA, Jorge Eduardo. **Superando o Mito do Espantalho: uma polícia orientada para a resolução dos problemas de segurança pública**. Florianópolis: Insular, 2012.

HOBSBAWM, Eric J. (Eric J.), 1917- **Bandidos**. 4.ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2010.

HOBBS, Thomas. **Leviatã (1651), ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. Martin Claret, 2006.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2015.

MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARX, Karl 1818-1883. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2014.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de. **A Análise Criminal e o Planejamento Operacional**. In: PINTO, Andréia Soares; RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro (Org.). Coordenador Mário Sérgio de Brito Duarte; [autores] Miranda [et al.]. – Rio de Janeiro: Riosegurança, 2008. 116 p. – (Série Análise Criminal, v. 1)

MJ. Segurança, Justiça e Cidadania / Ministério da Justiça. – Ano 3, n. 5, (2011). - Continuação da Coleção Segurança com Cidadania.

PACTO PELA VIDA. Disponível em: <<http://www.pactopelavida.ba.gov.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

PLANESP. **Plano Estadual da Segurança Pública – PLANESP**. Governo da Bahia - 2012 a 2015/ Secretaria da Segurança Pública. - Salvador: Secretaria da Segurança Pública, 2011.

ROUSSEAU, Jean-Jacques, (1762). **Do Contrato Social, ou Princípios do Direito Político**. 3. ed. 2008.

SENASP. Brasília. Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2011.

SILVA, Ronaldo-Cap PM. **Emprego das Ferramentas de Análise Criminal no Planejamento Operacional nos Batalhões da 12ª Região da Polícia Militar**: Análise e Diagnóstico. Trabalho de Monografia apresentado no Curso de Especialização de Segurança Pública. Belo Horizonte, 2005.

TANNURI-PIANTO, M. E.; PIANTO, D. M. **Relação entre o Crescimento do Produto, Emprego e Desenvolvimento Humano no Brasil: 1985 a 2005**. In: CEPAL; PNUD; OIT. (Org.). Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente: a Experiência Brasileira, 2008.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TZU, Sun. **A arte da guerra**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014

VISACRO, Alessandro. **Guerra Irregular**: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história – São Paulo: Contexto, 2009.

WASELFISZ, Julio Jacobo Mapa da violência 2011 : os jovens no Brasil /Julio Jacobo Waiselfisz. -- São Paulo : Instituto Sangari ; Brasília, DF : Ministério da Justiça, 2011.